



## **ANIMAÇÃO POPULAR DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE EM GOIÁS NAS COMUNIDADES: MOBILIZANDO APRENDIZAGENS**

**Maria Emilia de Castro Rodrigues (UFG, Goiânia, Goiás, Brasil);  
Maria Aldina Gomes da S. Francisco (UFG, Goiânia, Goiás, Brasil);  
Maribel Schveeidt (UFG, Goiânia, Goiás, Brasil)**

**RESUMO:** Este trabalho apresenta as atividades desenvolvidas pelo Movimento de Educação de Base em Goiás (MEB-GO), por meio da metodologia de animação popular (Anpo), no período de 1963 a 1966, num estado essencialmente agrário, com alto índice de analfabetismo, principalmente no meio rural, com vistas ao resgate da memória na re/construção da história desse período. Buscamos apreender e analisar no MEB-GO, um movimento de educação popular, como foram realizadas as atividades da educação de adultos e Anpo, em prol das reivindicações dos trabalhadores rurais e de enfrentamento à política de silenciamento, falta de recursos e pressões dos donos de terra, no contexto do golpe de 1964. Trata-se de uma pesquisa com fontes orais e documentais, cuja escrita faz uso da análise de: relatórios, cartas, fotos, esquetes, entrevistas e depoimentos, estudos bibliográficos (jornais, revistas, teses, dissertações, livros, artigos) etc. Os referenciais pautar-se-ão em autores como, Beisiegel (1974), Bosi (1994), Fávero (2006), Freire (1963, 1967, 1987), Peixoto Filho (2003), Paiva (2003), Rodrigues (2008), Thompson (1992), entre outros. Essa pesquisa compõe o Centro Memória Viva: Documentação e Referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro-Oeste, que tem como objetivo a identificação, classificação, organização, análise documental e disponibilização *online* de materiais da educação de jovens e adultos, movimentos sociais e educação popular, cujo acervo encontra-se no Núcleo de Estudo e Documentação Educação, Sociedade e Cultura na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de Jovens e Adultos; Movimento de Educação de Base; Memória; Animação Popular; Educação Popular.

### **Palavras iniciais**

Este trabalho apresenta o Movimento de Educação de Base em Goiás (MEB-GO), um movimento que conseguiu efetivar no início da década de sessenta, por meio das escolas radiofônicas com recepção organizada e contato direto com a comunidade, a educação de adultos (EDA) específica para cada região em que atuava, desenvolvendo, a partir de 1963, a Animação Popular (Anpo). Esta experiência da Anpo desenvolvida por monitores, líderes e membros da coordenação estadual do MEB-GO, perpassa desde o trabalho de alfabetização de adultos à conscientização das comunidades na busca de solução aos problemas vivenciados, o que foi fortemente influenciado pelos movimentos do Centro Popular



de Cultura de Goiás (CPC-GO), Movimento de Cultura Popular (MCP), e em especial as contribuições de Paulo Freire e sua equipe, no processo de alfabetização de adultos, e por experiências de animação rural de âmbito internacional.

Fruto da análise de dados da pesquisa do Centro Memória Viva: Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro-Oeste (CMV<sup>1</sup>), que tem como objetivos a identificação, classificação, organização, análise documental e disponibilização *online* de materiais da educação, em especial da EJA, educação popular e movimentos sociais, neste artigo recorreremos a documentos, entrevistas, publicações, teses e dissertações relacionados MEB-GO para discutir sobre o trabalho da Anpo.

Recuperar, registrar e divulgar a história do MEB-GO, e nela a Anpo, no CMV é uma opção política educativa, por ser parte de um Movimento da década de 1960, com uma rica história desenvolvida na educação popular, que em função das circunstâncias históricas da ditadura militar, foi silenciado, perseguido, o que provocou a ocultação e o apagamento de registros, mantendo-os dispersos e as memórias fragmentadas, se não reprimidas. Além disso, devido ao espaço marginal que a educação de jovens e adultos (EJA) sempre ocupou no processo educacional, especialmente aquele voltado para o meio rural, ela pouco foi sistematizada e divulgada, o que demanda um compromisso de nossa parte, por considerarmos que a memória é lugar onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, fazendo-se

---

<sup>1</sup> No CMV, com vistas à disponibilização pública e gratuita do acervo do MEB-GO, temos reunido, descrito, classificado, organizado e digitalizado o material por ele produzido a partir da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), e sistematizado artigos para divulgação do trabalho do Movimento, por compreendermos que trata-se de um momento rico que compõe uma experiência social acumulada da educação brasileira e pode contribuir com a construção e continuidade da história e resistência nacional, enfrentando a política de silenciamento do estado ditatorial brasileiro, bem como valorizar a memória dos cidadãos, a tradição e cultura oral, enquanto instrumento de defesa dos interesses populares e a preservação da experiência social dos movimentos, da história da educação popular e da educação jovens e adultos (EJA).

Este Centro teve suas origens assentadas no Museu Virtual da Educação em Goiás, organizado em 2002, com o projeto de pesquisa “Infóvias e Educação”, tendo sua proposta retomada a partir da reunião da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), em 2008, quando o Professor Osmar Fávero despertou a atenção dos coordenadores do CMV para uma pesquisa sobre os movimentos de educação popular da década de 1940-1960. Esse trabalho reacendeu o desejo de dar continuidade ao Museu Virtual da Educação em Goiás, e em 2009, na Anped ocorreu um diálogo entre as instituições de ensino superior (IES) e o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (Secad), que sinalizou para a construção de Centros de Referência em Educação Popular, Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos, em âmbito nacional. A partir das propostas estabelecidas entre o MEC e as IES, a Secad apresentou o interesse em apoiar financeiramente a criação dos Centros de Referência e Memória da EJA, que trabalhariam regionalmente. Isso oportunizou as universidades federais da Região Centro-Oeste criarem o CMV regional, sob a coordenação da Universidade Federal de Goiás (UFG), o qual encontra-se sediado no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Documentação: Educação, Sociedade e Cultura (Nedesc) na Faculdade de Educação/UFG.



necessário sistematizar e refletir sobre o passado para ajudar a compreender o presente e (re)construir, no presente, o futuro. Por outro lado é fundamental uma “memória coletiva que sirva para a libertação e não para servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 471).

## **O Movimento de Educação de Base: das origens à Animação Popular**

O Movimento de Educação de Base (MEB) era coordenado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que o criou no início da década de 1960, e para sua concretização contou com o apoio financeiro do Governo Federal, por meio de um convênio. Este movimento nasceu das experiências de Escolas Radiofônicas (ER), como a SIRENA – onde já eram utilizadas as rádios vinculadas à Rede Nacional das Emissoras Católicas (RENEC) –, na região nordeste do país, e da experiência internacional de Sutatenza na Colômbia, com a educação de adultos.

O MEB era composto por um Conselho Diretor Nacional com 11 membros, sendo um indicado pelo Estado e o restante pela CNBB, um Conselho Nacional de Representação e Consulta e um Conselho Fiscal, além da Equipe Nacional e Regionais. Muitos dos componentes dessas equipes eram vindos dos movimentos católicos como a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e de organizações políticas como a Ação Popular (AP), o que, segundo Fávero (2006), ocasionou sua prática diferenciada.

O motivo que levou a Igreja e o estado a implementar esse tipo de educação, foi em virtude do alto índice de analfabetismo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pois o MEB surge numa tentativa da Igreja de contribuir para diminuir esse índice através da educação de base. Observa-se, porém, que ao longo do processo educativo desenvolvido pelo Movimento, que inicialmente tinha uma concepção de educação de base culturalista e de integração social – à luz das orientações da Unesco –, de sobreposição do urbano sobre o rural e do conhecimento científico sobre os saberes da comunidade, há uma profunda alteração nos seus princípios e proposta pedagógica, indo além do que estava contemplado no projeto original, demarcado pelo Encontro Nacional de Coordenadores, em 1962.



O MEB atuou nas áreas onde não existiam escolas regulares, e o índice de analfabetismo era alto no meio rural, a partir de 1963, proporcionou uma educação que visava a ação dos educandos sobre sua realidade, incentivando-os a modificarem-na, num trabalho de alfabetização vinculado à perspectiva de conscientização e politização, assim como de articulação, mobilização e transformação crítica das comunidades locais. Este Movimento utilizava o rádio<sup>2</sup> como veículo de transmissão das aulas desde o início dos seus trabalhos. Ele aprimorou o que já existia na história da radiodifusão, a recepção organizada, ou seja, organizava-se um espaço para acomodar os alunos, e havia além do rádio que transmitia as aulas, o monitor, responsável em oferecer o apoio necessário ao educando e promover o contato direto com as comunidades ouvintes, ao qual se uniram, a partir de 1963, os líderes das localidades, para colocar em ação a metodologia de Animação Popular<sup>3</sup>.

[...] Este Movimento não buscava simplesmente uma educação formal, onde as pessoas atingidas recebessem uma série de informações que muitas vezes não se relacionavam em nada com o seu cotidiano. Os próprios documentos do MEB diziam que os objetivos específicos de cada escola radiofônica eram a 'conscientização, a mudança de atitudes e a instrumentação das comunidades', indo ao encontro de outros projetos de educação, como o idealizado por Paulo Freire (PIMENTEL, 2004, p. 45)

Os monitores das Escolas Radiofônicas (EERR) eram, em sua maioria, moradores do meio rural, membros da comunidade. E “sua função era provocar o interesse, manter viva a atenção, o esforço e a participação de todos” (MEB-GO, s/d, p. 05), e para tanto, recebiam treinamentos/participavam de encontros com noções de linguagem, aritmética, conhecimentos gerais e, a partir de 1963, de cultura, politização e sindicalismo, com o auxílio de radinhos de pilha, os quais nem sempre conseguiam receber o sinal da rádio. Como relata um monitor do MEB-GO:

<sup>2</sup> A história do rádio no Brasil, segundo Pimentel (2004), inicia-se juntamente com a do rádio educativo, pois quando ocorreram as primeiras transmissões de rádio no país, na cidade do Rio de Janeiro em maio de 1923, "a Rádio Sociedade realizou sua primeira transmissão, de caráter experimental" (PIMENTEL, 2004, p. 12), e os programas já tinham caráter educativo e cultural.

<sup>3</sup> A Anpo adveio das experiências das Missões Rurais vividas pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), e em âmbito internacional da experiência de animação rural promovida pelo Institut de Recherches et d'Applications de Méthodes de Développement (IRAM), nas colônias francesas do continente africano – no Senegal, Marrocos, Nigéria e Madagascar – cuja experiência com Animação Rural, teve início em 1960 e esteve ligada ao envolvimento dos lavradores nas reformas das estruturas e do desenvolvimento nacional. Esta experiência foi vivenciada por Vera Jaccoud, que a trouxe e divulgou no MEB.



[...] tinha aquele problema também de muitas vezes a escola tá em pleno exercício, entrava a rádio Londrina, tocava a Difusora [Rádio Difusora de Goiânia] pra lá [...] A Difusora era muito ruim de sintonia, cê ficava esperando a Difusora voltar e ela nunca mais voltava (MOREIRA, entrevista, 14/05/2012).

Com esse relato, denotam-se algumas dificuldades na utilização desse meio de comunicação, que embora fosse apreciado pela maioria das pessoas, havia situações inerentes à sua transmissão.

Já os líderes tinham a função de coordenar e mobilizar a comunidade para participação nos Encontros de Animação Popular. E juntamente com os monitores eles passaram, a partir do II Encontro da Anpo em Goiás, a criar e encenar as peças de teatro (esquetes) apresentadas no momento inicial das atividades. Pois segundo documentos do MEB (1962):

Animar é dar vida, ação, entusiasmo, coragem. Dá ideia de movimento, de vivacidade. Animação Popular seria, então, colocar em contato com o povo um elemento de dinamização – o animador. [...] um representante autêntico do meio em que vive e onde vai atuar, receber um treinamento que o ajude a conduzir as reuniões populares que a comunidade considerar necessárias, de acordo com um plano geral em que colaborarão os responsáveis (p. 05).

E ainda era definida a Animação Popular nos documentos do MEB como:

[...] um processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança. A comunidade organiza-se como consequência da descoberta de seus valores, recursos e suas necessidades, em busca da superação de seus problemas sociais e econômicos, culturais, políticos e religiosos, no sentido da afirmação de seus membros como sujeitos. (MEB, [1966], p.26).

O trabalho com a Animação Popular demandava ainda a realização de cursos intensivos de animadores populares, que participavam também de outros encontros, cursos, aulas e programas radiofônicos, e cabia-lhes também supervisionar e avaliar os trabalhos executados, considerando não apenas o nível de aprendizagem, mas as mudanças de atitudes e comportamento da própria comunidade (JACCOUD, 1966). As atividades da Anpo não eram uniformes no MEB, cada sistema estadual e comunidades tinham suas peculiaridades, e



objetivava que os alunos tivessem interesse pela escola e em atuar na comunidade com vistas a transformá-la. No norte e nordeste, em especial no Maranhão, a Anpo dava-se por meio das Caravanas.

Seguindo as orientações do MEB-Nacional, Goiás realizou um excelente trabalho de Anpo, o qual foi divulgado em âmbito nacional, e nesse processo tanto os monitores quanto os líderes foram fundamentais no trabalho de Anpo, quanto na manutenção do Movimento no período pós-1964.

### **A trajetória do Movimento de Educação de Base em Goiás (MEB-GO): das origens à Animação Popular**

Em 1961 ocorreu em Aracaju o Primeiro Encontro de Educação de Base, quando houve “um animador balanço dos resultados obtidos nas dioceses [... e se apontou para constituir] um novo organismo, o Movimento de Educação de Base” (PIMENTEL, 2004, p. 44). Desse encontro participaram duas representantes leigas da Igreja Católica, que haviam sido designadas pelo Arcebispo Metropolitano de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, para conhecer a experiência das Escolas Radiofônicas vivenciadas em Aracaju e Natal, com o intuito de criar em Goiás o trabalho de educação de adultos via rádio. Nesse ano foi então criado o Sistema Tele-Radiofônico de Goiás (SETERGO) e este quando aderiu ao MEB nacional, passou a denominar Movimento de Educação de Base de Goiás. Segundo Fávero (2006), na primeira fase do MEB, as escolas radiofônicas foram o instrumento básico do Movimento, sendo que o rádio exercia:

[...] um fascínio em Goiás, nos anos 1960, e teve um papel social relevante no processo educativo dos camponeses do Estado, sendo um instrumento recriado pela equipe do MEB-Goiás, incluindo entre outros recursos metodológicos as peças de teatro, músicas, crônicas, mensagens, avisos, recados, convites, até a animação popular (RODRIGUES, 2008, p. 18).

Como a maioria da população goiana vivia no meio rural e era analfabeta (em torno de 60% da população), o MEB-GO voltou-se para a EDA, especialmente os trabalhadores da capital e dos municípios do entorno, atingindo o interior do estado até onde alcançavam as ondas da Rádio Difusora de Goiânia. Era um período de efervescência política, econômica, cultural intensamente vivido em



Goiás, em âmbito nacional e internacional. Havia muitas mobilizações, lutas por reformas universitárias, de base, de condições de trabalho e envolvimento da sociedade civil e política<sup>4</sup>, que se explicitavam nas músicas e poesias criadas e cantadas, nas peças de teatro apresentadas nas carrocerias de caminhões, nas greves e manifestações organizadas, em especial por universitários e estudantes secundaristas, e também nas comunidades dos bairros de Goiânia e trabalhadores rurais do interior do estado.

A partir de 1963 as lideranças do Movimento puderam observar que seria necessário modificar suas metodologias, para que houvesse uma maior participação das comunidades, “[...] a equipe chegou à conclusão que mesmo com a irradiação para outras atividades, a escola é, não raro, insuficiente em relação às necessidades e aspirações da comunidade” (MEB, [1963], p.4). Adotando-se, portanto, em Goiás a Animação Popular (Anpo), a qual era utilizada também em outras regiões do Brasil, contudo, com suas especificidades.

Participavam junto com o MEB-GO, nesse trabalho de Anpo os movimentos de educação popular do Instituto de Cultura Popular (ICP-GO) e do Centro Popular de Cultura de Goiás (CPC-GO), ambos com experiência em atividades culturais, e educação de adultos numa perspectiva libertadora.

### **Animação Popular como instrumento metodológico do MEB-GO**

A Anpo em Goiás, não ocorreu dentro de um processo uniforme, mas perpassou momentos de reflexão, avanços, retrocessos. Inicialmente deu-se de forma intuitiva – com atividades levadas pelos coordenadores da Equipe Central às comunidades, sem a participação dos alunos, monitores e comunidades que apenas ouviam, cantavam, repetiam e discutiam temas propostos pela Equipe Central ou a própria comunidade –, passando a partir de análises junto com a comunidade e em momentos de estudos, avaliações e reflexões sobre as práticas, para novas ações

<sup>4</sup> Nesse contexto o governo do Estado de Goiás, Mauro Borges Teixeira, apoiou os estudantes e as camadas populares na busca de participação política, com vistas a estreitar a vinculação governo-povo. O apoio perpassou pela criação da associação de lavradores e sindicatos e do Instituto de Cultura Popular (ICP-GO); financiamento da ida de estudantes do Centro Popular de Cultura de Goiás (CPC-GO) e do ICP-GO ao Recife, para aprender com Paulo Freire e sua equipe o processo de alfabetização de adultos; apoio técnico-financeiro nos encontros de trabalhadores rurais e de estudantes, entre outros aspectos (RODRIGUES, 2008 p.142 - 43).



em que os monitores, líderes e a própria comunidade eram vistos como sujeitos de sua história, se conscientizando da sua realidade e da intervenção nela, podendo mantê-la como estava ou individual e coletivamente transformá-la. Foi um processo:

[...] de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança. A comunidade organiza-se como consequência da descoberta de seus valores, recursos e suas necessidades, em busca da superação de seus problemas sociais e econômicos, culturais, políticos e religiosos, no sentido da afirmação de seus membros como sujeitos. (MEB, [1966], p.26).

Mas a estruturação/organização das ações da Anpo no MEB-GO surgiu inicialmente das necessidades da Equipe Central, em especial dos supervisores, de terem o contato direto com a comunidade, a fim de obterem maiores informações sobre o trabalho das Escolas Radiofônicas (ER), mas posteriormente passou a abranger toda a comunidade onde se inseriam as ER. A Anpo era desenvolvida por meio dos Encontros, surgidos da tentativa inicial da supervisão<sup>5</sup>, de obter maior participação da comunidade nas atividades da escola, passando a realizar semanalmente, encontros de monitores, alunos e demais membros das comunidades onde funcionavam as escolas. “Dessa forma, a ampliação da prática do MEB pode ser entendida, em primeiro lugar, como uma exigência da própria prática” (FÁVERO, 2006, p. 207).

Foi a partir de 1963, que novos temas como politização, o homem e a realidade brasileira, sindicalismo passaram a ser abordados nas aulas e nas discussões junto às comunidades. Esse novo instrumento pedagógico, a Anpo, foi pensado, segundo Rodrigues (2008), especialmente com as mudanças na forma de

---

<sup>5</sup> Supervisão era a terminologia adotada à época para o trabalho de formação, acompanhamento e apoio didático pedagógico desenvolvido junto aos monitores e líderes por meio de visitas, cartas, avaliação das atividades, entrevistas que permitissem a troca de ideias e experiências, reuniões para avaliação e planejamento, etc. A supervisão era, embasada em experiências e outras práticas sociais, e não tinha um caráter de fiscalização, controle e prestação de contas de serviço, mas de ajuda, no atendimento ao monitor em suas tarefas na escola e na comunidade, de ver como estavam os trabalhos, os problemas que eles tinham, analisá-los coletivamente e atuar a partir disso, trocando saberes e práticas, orientando e colhendo dados para retroalimentar, planejar e avaliar o trabalho radioeducativo nas EERR e na comunidade. O papel da supervisão mudou especialmente a partir de 1963, quando passou a ter um caráter mais dinâmico, e no decorrer das visitas – além da observação das condições materiais da escola, do grupo de alunos e monitores frente as emissões, reações e interesses, desafios, dificuldades e avanços no trabalho pedagógico e do apoio pedagógico – a equipe fez uso do levantamento de área; de gravações junto aos monitores e educandos, seja no decorrer das aulas, Programas de Sábado e Encontros com a comunidade, o que passou a subsidiar a prática pedagógica do Movimento e a alterou significativamente (RODRIGUES, 2008).





conceber a prática político-pedagógico na alfabetização de adultos, após o segundo treinamento da Equipe Central.

Com um trabalho voltado para a conscientização, um olhar político, em que as comunidades começaram a atuar de forma mais intensa sobre sua realidade social, os trabalhos da Anpo envolviam ações educativas e de cultura popular utilizando-se de esquetes, círculos de debates, entrevistas, reuniões, sociodramas, painéis e reflexões e se utilizavam de dramatizações a partir das situações vividas na própria comunidade, com informações colhidas por meio de enquetes. Estas metodologias, onde todos podiam participar de maneira consciente, eram o ponto de partida para o grupo debater os problemas da comunidade, analisando-os, buscando construir coletivamente alternativas para solucionar esses problemas.

Um dos fatores relevantes no processo de Anpo foi, a participação do monitor, responsável pela recepção organizada das aulas radiofônicas e, que a princípio era convidado pela própria Igreja para exercer a função, dessa forma, era geralmente uma pessoa ligada a Igreja. Contudo, a partir de 1963 a escolha do monitor passou a ser feita pela própria comunidade, que selecionava alguém do seu meio, que tivesse uma boa participação, liderança e carisma junto ao grupo, para exercer tal função voluntariamente.

Os monitores e líderes passavam por um curso de treinamento em Goiânia, onde eram realizadas as dramatizações acerca de como utilizar o trabalho com o rádio, metodologias de alfabetização e de ensino, aulas relacionadas aos conteúdos que seriam trabalhados nas várias áreas do conhecimento, formação humana, entre outros. Por ser um trabalho direcionado para a conscientização dos trabalhadores, em especial do homem do campo, ele transcendia o processo educativo enquanto escola radiofônica (ER) indo numa vertente de formação humana que é, “[...] parte deste mesmo processo educativo e mantém-se sempre em estreita correlação com ele” (MEB, 1965a, p. 01), na luta pela conquista e ampliação dos direitos do homem rural. Mas o trabalho da Anpo “não se fecha no âmbito estreito de problemas imediatos. Ele se insere, como ponto de reflexão e ação, no contexto da luta pela transformação de estruturas, elaboração de esquemas mais humanos, sem o que seu sentido se esvazia” (MEB, [1966], p.26). Além dos cursos, em relação ao trabalho didático com o uso do rádio e junto aos alunos, havia ainda o “Guia do Monitor” uma apostila com informativos acerca da função do monitor nas Escolas



Radiofônicas e estas ainda recebiam orientações com as visitas das supervisoras nas escolas.

Após atuar com os *Encontros*, via supervisão-encontro, com o objetivo de obter dados junto à comunidade, revisar e planejar atividades com a participação direta de monitores, alunos e a comunidade, considerando seus interesses e necessidades; as atividades da Anpo foram intensificadas, sendo motivados pelo Programa de Sábado *que passou a denominar-se “A comunidade se reúne”*, que preparava o município para receber membros da Equipe Central e em alguns momentos do MEB-Nacional, do CPC-GO e ICP-GO, ou ainda monitores e líderes de municípios vizinhos, através da animação radiofônica, os quais atuavam junto aos monitores e líderes da localidade. Os Encontros tinham a duração de um dia, e eram realizados aos finais de semana, com debates de temas/problemas da comunidade, motivações e avaliação do encontro. No decorrer do encontro se discutiam e planejavam ações comunitárias para serem viabilizadas conjuntamente, a partir dos problemas e demandas das comunidades, oportunizando o processo de conscientização, mobilização e formação do povo, com e/pelo povo.

Como ocorreu na Comunidade da Fazenda Serrinha, em que a escola das crianças estava com problemas e a comunidade se reuniu para resolver a questão, conforme nos informam os monitores:

O MEB chegou [...] e] a coisa extrapolava a alfabetização, tá, aí a gente chegava até no trabalho comunitário, a própria comunidade se reunindo, discutindo e buscando a solução de seus problemas, tá. [...] inclusive nós tivemos um problema de escola, na escola rural, uma senhora já muito de idade e o pessoal da comunidade muito insatisfeito com a escola, com o dia-a-dia da escola, né, o ensino ruim, a professora faltava [...], então a comunidade chegou até aí: “Vamos discutir isso porque a sociedade, a comunidade está insatisfeita!”, e fomos discutir a questão e vimos que nós teríamos que mudar aquela situação da escola. Também o prédio era muito pequeno, os móveis estava muito ruim, então tinha que sofrer realmente uma transformação, né. E reunidos nós conseguimos essa transformação. Tinha que fazer o edifício, o prédio era um galpão muito grande, mas cadê o dinheiro de comprar tijolos? Mas nós fizemos de adobe, tá. A comunidade se reuniu, o local da escola permanecia, né, nós não tivemos o trabalho de ver outro local, foi aquele mesmo. Aí fomos, reuniu a comunidade e fazer tudo de mutirão. Isso era nos sábado, nos feriado, aos domingo, né, as mulher, as crianças carregando água, né, os homens amassando [...] misturando a terra com água e transformando em barro, né, e outros colocando o barro nas formas pra lá fabricando o adobe. Tá bão, depois de todo feito isso, vamo edificar agora o prédio [...] com trabalho coletivo. Tudo discutido entre nós, né, e dividido as tarefas, tá. [...] depois de levantado [...], agora precisa a cobertura, né, então como vamo fazer? [...]. Aí nós



fomos...é...pra prefeitura buscar a mão, a mão do prefeito, a mão do cofre público. (COELHO, P. J, entrevista, 14/07/2005)

[...] Inclusive... a própria prefeitura não concordou de ajudar na participação daquela construção, disse que não podia fazer nada porque já existia escola lá, já existia a escola lá, então eles não podia ajudar. Aí nós fomos à Secretaria da Educação [...] que encaminhou a gente, acompanhou nós para adquirir todas essas coisas. (COELHO, J. M., entrevista, 14/07/2006)

[...] Nós tinha uma escola [...] estadual, lá na Fazenda Serrinha. E ela era muito mal, a professora já era uma senhora já de idade, e aí a gente reuniu e foi ver que [...] aquela escola, não tava funcionando! [...] Aí quando começaram a ver lá dentro da escola que aquilo tava errado, aí fomo atrás. [...] e aí a gente fundamo lá a escola municipal. Juntamo os pai dos aluno, fizemo mutirão, construimo um grupo e [...] a prefeitura [...] deram só o telhado, o resto foi tudo nós [...]. E [...] foi isso aí o que [...] favoreceu o camponês naquela época [...], a gente começava a mobilizar... a ter mais consciência. (COELHO, O. J. entrevista, 2004)

Era um processo de conscientização construído na relação entre os sujeitos e a realidade social, sob a mediação ora da Equipe Central, monitores e líderes, ora com a participação do MEB-Nacional, mas que contribuíam pelo processo de reflexão, para avançar da consciência ingênua para uma perspectiva crítica, em que os sujeitos individual e coletivamente, buscassem resolver os problemas da comunidade e cobrar também do poder público sua obrigação. Ao levantarem um tema/problema para as discussões, havia preocupações como: com a escola, com o saneamento básico, com as mazelas oriundas da falta de condições financeiras em meio à exploração por parte dos donos da terra, desafios postos pela realidade social. E a metodologia utilizada na Anpo era dialógica, não diretiva, pautando-se no método ver, julgar e agir da Ação Católica, de forma que os membros das comunidades fossem os coordenadores dos trabalhos.

Para despertar a atenção da comunidade, os monitores e líderes organizavam desafios humorísticos com músicas, perguntas e respostas, declamações, peças de teatro, etc. que expressavam a realidade social vivida, com suas mazelas, desafios, dificuldades, experiências, enquanto objeto de análise para o povo, e dele surgindo. Ao final de cada encontro era realizada a avaliação/revisão do encontro, quando a Equipe pontuava se haviam alcançado os objetivos, em que poderiam avançar/melhorar, se o trabalho: “[foi] realizado no nível e linguagem do pessoal, partindo de seus problemas [...]; foram localizados autênticos animadores que poderiam ser treinados para o trabalho de animação popular; [...] o município foi bem preparado para a radicação de escolas” (RODRIGUES, 2008, p. 238).



Os estudos e avaliações do II Encontro de Anpo apontavam para a necessidade de maior envolvimento e autonomia dos membros das comunidades nos trabalhos, pois o “Encontro feito pela comunidade é possível, fica muito mais no nível do pessoal e suas necessidades, rende muito mais” (MEB-GO, 1964, p. 07), o que demandou maior preparação dos monitores e líderes/animadores populares, por meio de encontros de formação com treinamentos e maior sistematização e planejamento dos trabalhos.

Contudo, como no pós-1964 os recursos foram sendo cortados, a falta de financiamento inviabilizava a realização dos cursos em Goiânia. Diante disso, optou-se pelas formações serem realizadas nas comunidades e os monitores e líderes assumirem os encontros, com assessoria da Equipe Central para a reflexão sobre os problemas do dia-a-dia das comunidades e por elas levantados, com trocas de práticas e saberes cotidianos e científicos, envolvendo além dos membros do MEB-GO e das comunidades, parceiros de outros movimentos como o CPC, JUC e AP. Assim o ponto de partida era o que povo demandava; e a comunidade, monitores, líderes/animadores populares participavam do planejamento à avaliação do processo, sem haver diferenciações entre as atribuições do povo e as da Equipe Central, com saldos positivos, pois não só no âmbito do discurso, mas da prática, se valorizava a cultura popular, proporcionando um processo de conscientização processual.

Tanto para articular e divulgar as ações, quanto para a formação dos monitores e líderes/animadores populares, havia a necessidade de programas especiais para a comunidade, bem como horário para os animadores locais; revisão e registro de cada Encontro.

Os monitores e líderes passaram a ter mais autonomia, utilizavam desde cartazes, músicas, mensagens ou chamadas no rádio e até peças de teatro para a realização das reuniões. Segundo Alda Maria B. Cunha (entrevista, 20/09/2006): “[...] acontecia muitas vezes de a gente estar num lugar e ao mesmo tempo, naquele dia, o grupo estava se reunindo noutro lugar, por conta própria, já se apropriando duma metodologia de participação”. A autonomia cresceu tanto em algumas comunidades, que eles passaram a contribuir com a mobilização de outras comunidades, que ainda caminhavam em um passo mais lento. Como podemos ver no relato a seguir:



- Lá na cidade de Posselândia [...] em termos de trabalho de comunidade era [...] completamente cru, e nós entramos lá com um teatrinho, lá naquele bairro pobre [...]. Teatro que nós mesmos preparamo [...]. Isso pra poder conquistar... (José Moreira).
- Abrir espaço pra poder chegar na massa. [... E o texto era] pra refletir sobre a nossa realidade. (Parcival). [...]
- [...] Eu cheguei lá ele [Parcival] tava com um punhado de milho em cima d'uma mesa contando, tira um pr'aqui, um pra lá, pra cá [...], aí eu falei "Ô fulano, que dificuldade você tá tendo aí com essa conta que você tá fazendo aí?", "Eu tô aqui vendo... eu tava na fazenda do fulano lá, eu tenho que tirar pra ele é... 30%, mas eu não tô sabendo fazer essa conta". [...] E, ele caçando o jeito de [...] descobrir como ele ia pagar esse arrendo pr'os patrão [...]. Aí a gente chegava e explicava [...] o jeito certo de fazer (José Moreira). (COELHO, J.M.; COELHO, P.M.; entrevista, 14/07/2005).

Nesse processo de mobilização o teatro, os esquetes, as cantorias foram recursos pedagógicos bastante utilizados, que auxiliavam os camponeses a repensar a realidade sócio-política, cultural e econômica em que estavam inseridos, articulando com exposições sobre alguns temas demandados pela comunidade no meio rural, num movimento dialógico de trocas de saberes, experiências. O teatro, numa avaliação do monitor e líder local José Moreira Coelho (entrevista, 14/07/2005), era: "Uma forma, também muito prática", quando "[...] a turma fazia aquela reunião [...] a gente entrava nas história e nós ia também construindo também a nossa própria história". Para Peixoto Filho:

O uso de jogos cênicos, como instrumentos pedagógicos, foi de grande importância no trabalho do MEB/Goiás. Assim, a sensibilidade da Equipe Central em recuperar o lúdico – como parte do processo de aprendizagem, no qual questões e problemas da realidade vivencial pudessem passar por um processo de reflexão, permitindo a elaboração do conhecimento de uma maneira brincalhona e prazerosa –, era também [...], uma forma de atingir as comunidades, dentro de uma linguagem característica e própria do local. (2003, p. 78).

Portanto tratava-se de uma prática pedagógica, via teatro, que permitia a mobilização da comunidade para participar e/ou retornar às escolas radiofônicas, bem como realizar a análise da realidade concreta, favorecendo tanto aos atores, quanto aos ouvintes, tomarem consciência de si e do meio em que se inseriam, olhá-lo criticamente, refletir coletivamente, buscar alternativas aos problemas e poder intervir para transformá-los.

Muito do que era desenvolvido via rádio não podia mais ser explicitado a partir do Golpe de 1964, inclusive nas aulas as cortinas musicais ficaram cada vez maior.



Assim, os Encontros passaram a ser a possibilidade para continuidade e aprofundamento do trabalho político-pedagógico, já que a repressão sobre os meios de comunicação era muito forte, com as aulas e programas do MEB-GO sendo gravados e censurados pelos militares, induzindo a Equipe Central a diminuir nas emissões radiofônicas, o nível de criticidade e aprofundamento das mesmas, enquanto que nos Encontros, as discussões podiam ser com nível mais aprofundado e crítico, ainda que às vezes pudessem estar sendo vigiados. Por outro lado, muitas vezes os encontros passaram a ocorrer com convites por códigos para que os participantes dos encontros pudessem se manifestar, sem serem interpelados pelos proprietários. Até porque, em alguns momentos, as reuniões contavam diretamente com membros da AP, que não podiam ser descobertos.

Em entrevista concedida ao Jornal 4º Poder (1963a, p. 12), Maria Aparecida Siqueira informa que a Anpo realizada em Goiás, nos Encontros, tinha momentos:

[...] riquíssimos em experiências humanas, vivências, espírito comunitário mesmo. A parte final constitui-se em maior integração das comunidades no mundo cultural, com um método dedutivo de conscientização, visão das realidades; mundo natural-homem práxis humana dominando o mundo. Finalizando o encontro, há um 'show' no qual todos apresentam o que querem: poesias, músicas, cateretês e até catira. [...] numa perspectiva de cultura.

Ao lado de tudo isso, temos na medida do possível e do impulso que a experiência traz partindo para ampliação do espírito e práticas comunitários, levantando através de problemas concretos dos núcleos, a necessidade de sindicatos, cooperativas, etc.

Em consequência da Anpo monitores, líderes e educandos e comunidades passaram a se mobilizar, valorizar sua cultura e o mundo cultural, ter voz perante os donos das terras e, por conseguinte serem ouvidos. Inclusive os camponeses organizaram-se para a implantação de sindicatos e lutas por melhores condições de moradia e trabalho.

Em um dos Treinamentos de Animadores Monitores, realizado no período do de 10 a 13/02/1966, podemos observar a utilização de uma gravação de um esquete, que serviu para fundamentação e debate dos cursistas. Tratava-se de um:

Esquete retratando a situação de uma comunidade que descobre, entre outros problemas, a necessidade de uma escola para adultos [... segue-se a ele o] Debate sobre o assunto do esquete, em assembleia: levantamento dos problemas existentes na comunidade do Córrego Bonito. "A gente lembra mais não só pelo que passou ali (na gravação), mas pelo que a gente passa lá, na nossa vida" Itamar



“Nessa reunião não surgiu discórdia... Vicente Teodoro (A reunião do esquete está muito harmoniosa, o que não acontece sempre nas comunidades).

O debate passou a ser feito, então, em torno da última fase do esquete: O que vai significar isto (a alfabetização, escola) em nossa vida? “Eu vejo a escola como uma ajuda para melhorar o esclarecimento e a união” Percival “O valor da alfabetização não tem um ponto certo, um ponto fixo. Vale prá vida”. Itamar

[...]

“A alfabetização deve mostrar o valor do homem, fazer conhecer o valor que o homem tem. O meu patrão mesmo me fala: você tem 1 mil réis, cê só vale 1 mil réis. Eu fico pensando: se eu sou pobrezinho, o outro é rico, êle deve valer mais do que eu?” Vicente Teodoro

[... e a] Equipe Central, partindo da questão colocada pelos animadores monitores: O homem vale pelo que êle tem ou pelo que êle é? (MEB-GO, 1966, Anexo 18, p. 04-05)

Estas reflexões apontaram para a necessidade de um novo processo de alfabetização, com material mais vivo e método próprio para adultos, com apresentação ordenada das dificuldades da língua, bem como que partisse da “situação vivencial daqueles que vão se alfabetizar”, chegando-se à conclusão de que deveria se:

[...] fazer uma troca, deixar a cartilha e procurar outro jeito, já é uma boa extensão do MEB, uma boa arrancada [...] A alfabetização deve levar em conta a pessoa que vai se alfabetizar. No nosso caso: pessoas que vivem e trabalham na zona rural, no campo. [...] O trabalho no campo obedece a fases que serão unidades no N.P.A. [Novo Processo de Alfabetização]. (MEB-GO, 1966, Anexo 18, p. 05)

Diante dessas demandas, por meio do conhecimento de alguns componentes da equipe sobre o sistema utilizado por Paulo Freire e sua equipe, surgiu a ideia de elaborar um material para alfabetização de adultos, específico para Goiás, surgindo assim, o conjunto didático “Benedito e Jovelina”.

[...] Segundo o que consta no relatório final do MEB-GO (1967), essa nova proposta de alfabetização apresentava um maior aprofundamento teórico, deveria considerar o meio em que os alunos viviam e a realidade em que estavam inseridos no dia-a-dia do campo. Buscava-se oferecer um material para os alunos do MEB-GO com peculiaridades próprias desse Estado, procurando para isso ouvir, conhecer e reunir elementos que fossem de conhecimento dos sujeitos a qual se destinava. Era a busca por uma nova pedagogia que considerava o analfabeto enquanto sujeito histórico e, portanto imbuído de saberes (MENDES, 2013, p. 03).



A construção do conjunto didático teve a participação dos vários sujeitos que atuavam no MEB-GO, entre eles, os monitores e educandos, era por meio dessas participações que se analisava o contexto rural, tal como, o vocabulário utilizado pelas comunidades, pois o material didático fazia uso das palavras mais significativas para esses sujeitos, como observa Rodrigues (2008).

[...] A equipe se preocupou em colher, anotar, registrar e gravar palavras, frases, formas de expressar as ideias e coisas, obtidas nas visitas à comunidade, nos Encontros, nas aulas da ER, nas reuniões de trabalho ou festivas, enfim, nos diversos ambientes/espços de vivência da comunidade (p. 278).

Contudo, como a elaboração desse material ocorreu em 1966, sofreu pressões e não podia explicitar uma perspectiva crítica como a que o MEB-GO já vivenciava em várias comunidades. Além disso, segundo Rodrigues (2008), com o golpe militar, as poucas ações que sobreviveram, tiveram de excluir de seu ideário de EDA os princípios de conscientização e participação, aspectos que foram considerados pelo MEB-GO ao tomar coletivamente, em um encontro com os monitores e líderes, a decisão de encerrar suas atividades, em dezembro de 1966.

### **Considerações finais**

O MEB-GO por meio da Animação Popular redefiniu sua proposta passando de educação conservadora para um educação com a apropriação da consciência crítica, a partir do pensar da comunidade nos problemas e na busca de soluções; e nesse processo sobrepunha o individualismo, e teve a audácia de conduzir o trabalho de conscientização social, histórico e político num período de fortes e temíveis retaliações. Os enfrentamentos dos problemas que o homem rural em processo educativo vivenciou, promoveu para a equipe de Animação Popular a análise de suas práticas, aprendendo tanto ensinantes como aprendizes, uns por se desafiarem a refletir sobre os problemas da realidade concreta, outros por terem de se despir de uma forma pronta de trabalhar no processo educativo, dialogando e buscando construir juntos um processo de transformação que caminhariam em prol de mudanças concernentes aos direitos daqueles homens, acostumados aos deveres impostos pelos donos da terra.





Vale destacar que, nesse processo, a experiência de Animação Popular agrega elementos de extrema relevância, pois se mostrou inovadora, atuante em despertar o homem para a criticidade, e liberdade de atuação, de vidas sendo transcritas pela arte – de se verem nas peças de teatro, nos esquetes, nos desenhos, nas músicas –, e nesse contexto redefiniu o processo educativo, com vistas à mobilização e a conscientização das camadas mais simples da população, na luta por condições de trabalho, cooperativismo, educação/alfabetização da palavra e do mundo, do sindicalismo, do ter e do ser.

As possibilidades de repensar nas condições que enfrentavam, contribuiu no engajamento social, político e histórico daqueles que vivenciaram o MEB-GO, quer seja como educandos, monitores, líderes/animadores culturais, Equipe Central ou Nacional e demais movimentos de educação popular que com ele atuaram, na busca de condições de vida digna, apropriaram-se da luta em prol da comunidade, negaram o individualismo, reforçaram o coletivo, numa formação humana a que todos têm direito.

Por isso consideramos ser de extrema importância o resgate da memória do período, do Movimento e dos envolvidos no decurso do mesmo. O escasso registro e sistematização da memória individual e coletiva dos pequenos e humildes, em especial em Goiás, impulsiona o trabalho com resgates dessas memórias que muito têm a dizer de um período e mais especificamente do MEB-GO, para tanto, nos apoiamos em Le Goff (2003), que trabalha a questão da reescrita da história por meio da memória, pois segundo ele, “a historiografia surge como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões” (2003, p.28).

### **Referências:**

BEISIEGEL, C. R. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



COELHO, José Moreira; COELHO, Parcival Moreira. *Movimento de Educação de Base em Goiás*. Senador Canedo, 14/07/2005. Entrevista concedida a Maria Emilia de C. Rodrigues.

COELHO, Oscavú José. *Movimento de Educação de Base em Goiás*. Goiânia, 07/07/2004. Entrevista concedida a Leuza Alves de Moura Silva.

CUNHA, Alda Maria Borges. *Movimento de Educação de Base em Goiás nos anos 1960*. Goiânia, 20/09/2006. Entrevista concedida a Maria Emilia de Castro Rodrigues. 52p. Digitado.

FÁVERO, Osmar. *Uma Pedagogia da Participação Popular*. Análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961/1966). Campinas SP. Autores associados, 2006.

FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização, uma nova visão do processo. In: Revista de Estudos Universitários. Recife, PE: Universidade do Recife (4), 1963, p. 05-24.

\_\_\_\_\_. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Dinorá de Castro e MOREIRA, Gabriella Isaac. Centro Memória Viva e MEB Goiás: os caminhos de uma pesquisa documental. In: *I Encontro de História da Educação do Centro-Oeste*. Goiânia, GO: UFMT, 2011. Disponível em: <http://www.rtve.org.br/seminario/4SeminarioAnais/PDF/GT1/gt1-4.pdf>. Acesso em: 18/02/2013

JACCOUD, Vera. Movimento de Educação de Base (MEB). Rio de Janeiro, 1966. (mimeo.). 13 p.

JORNAL 4º PODER. Ano 1, Goiânia, 07/07/1963a, nº 43.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

MEB. *Relatório do Quinquênio 1961/1965*. Rio de Janeiro, [1966]. (mimeo.). 51 p.

\_\_\_\_\_. *Animação Popular*. Apostila nº 05 Série A. Rio de Janeiro. s/d. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. *Cultura Popular*. Rio de Janeiro. 1962. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. *1º Seminário de Animação Popular*. Rio de Janeiro, 15-25 fev./1965a. (mimeo.).



MEB-GO. Relatório de Animação Popular: O Encontro. Anexo 7-A. *In: Relatório – Documento: Uma experiência de Educação de Base MEB-GO.* Goiânia, GO, out./1964. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. Relatório de Animação Popular: Encontros. Anexo 7. *In: Relatório – Documento: Uma experiência de Educação de Base MEB-GO.* Goiânia, GO, 1963. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. *Cultura Popular.* Rio de Janeiro. 1962. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. Relatório dos 1º e 2º Treinamento de Líderes. Anexo 15. *In: Uma experiência de Educação de Base MEB-GO: Relatório – Documento.* Goiânia, GO, 1965. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. Relatório de Encontro com a Equipe de Serrinha. Anexo 16. *In: Uma experiência de Educação de Base MEB-GO: Relatório – Documento.* Goiânia, GO, 1966. (mimeo.).

MENDES, Dayane Silva da. O Movimento de Educação de Base 1960-1961: Uma Experiência de Educação Popular na voz de Educandos e Monitores. Goiânia, 2013. (mimeo).

PAIVA, Vanilda Pereira. *História da educação popular no Brasil.* 6ª. ed. São Paulo: Loyola. 2003.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. *A Travessia do popular na contra-dança da educação.* Goiânia, GO: Ed. Da UCG, 2003.

PIMENTEL, Fábio Prado. *O Rádio Educativo brasileiro, uma visão histórica.* Rio de Janeiro. Soarmec, 2004.

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro. Tese de doutorado: *Enraizamento de esperança: as bases teóricas do Movimento de Educação de Base em Goiás.* Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.